

**Exmo. Senhor**  
**Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e**  
**Ordenamento do Território**

**Assunto: *Audição urgente do Secretário de Estado Adjunto e da Energia***

Como tem sido amplamente noticiado pela comunicação social, o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, João Galamba, aprovou, a 26 de março de 2019, a concessão de exploração de lítio no concelho de Montalegre, a uma empresa designada Lusorecursos Portugal Lithium.

Esta empresa, que dispõe de um capital social de 50 mil euros, foi constituída três dias antes da assinatura de um contrato de exploração que vincula o Estado por 20 anos (35 com a renovação) e envolve um negócio potencial de cerca de 380 milhões de Euros.

A celebração deste contrato de exploração suscitou nos últimos meses muitas dúvidas e suspeitas quanto à sua legalidade e legitimidade.

Desde logo, pelo facto do capital social da empresa Lusorecursos Portugal Lithium não respeitar o compromisso assumido pela empresa titular dos direitos de pesquisa e prospeção, a Lusorecursos Lda, sediada na junta de freguesia socialista de Montalegre, e a qual tinha comunicado, em novembro de 2018, à Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) que pretendia criar uma nova empresa com um capital social de 1 milhão de euros.

Acresce que a DGEG e o Senhor Secretário de Estado foram, oportunamente, informados dos conflitos e litígios internos envolvendo os sócios Lusorecursos Lda na luta pelo controlo da empresa, primeiro através de carta registada e, posteriormente, numa reunião, realizada a 26 de março de 2019, em que o ex-Presidente da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, alertou os responsáveis políticos do Ministério para os problemas em questão e aconselhou prudência nas decisões.

Finalmente, o contrato de concessão foi celebrado sem a existência do indispensável estudo de impacte ambiental, facto que levou o ex-Diretor Geral da Energia e Geologia, Mário Guedes, exonerado pelo Sr. Secretário de Estado João Galamba em novembro de 2018, a afirmar publicamente que não assinaria o contrato que a DGEG assinou quatro meses após a sua saída.

A evidente falta de transparência em todo este processo e a injustificada celeridade na sua conclusão, tendo em conta, sobretudo, as dúvidas suscitadas e os alertas emitidos, conduziram a que os contornos do mesmo estejam a ser averiguados em sede judicial e justificam o seu escrutínio e avaliação política no Parlamento, em particular sobre a isenção das decisões do Governo e salvaguarda do interesse público.

Assim, ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, vêm os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD solicitar uma audição urgente na Comissão do Secretário de Estado Adjunto e da Energia, João Galamba, para esclarecer todas as questões relacionadas com este processo.

Assembleia da República, 07 de novembro de 2019

Os Deputados